



Segundo o Tribunal Supremo Eleitoral (TSE) da Bolívia, foram 51,26% dos votos para o "não" e 48,71% para o "Sim"

REFERENDO NA BOLÍVIA

Bolivianos dizem "não" à reforma constitucional

COM O RESULTADO, EVO MORALES NÃO PODERÁ SE CANDIDATAR A UM QUARTO MANDATO PÁGS. 4 E 5

• MULHER

Tirinha: Engenheira Eugênia tem direito às férias violado

PÁG.8

• ARTIGO

Trajetória da organização do movimento sindical brasileiro

PÁG.6

• POLÍTICA

Fórum em Defesa dos Ameaçados pela Terceirização programa ações

PÁG.3

Uma reforma ou uma contrarreforma

Está em curso em todo o país, com grande apoio da mídia tradicional, mais uma grande operação de mistificação da opinião pública no sentido de colocar em pauta e fazer aprovar uma reforma da previdência. Esta operação está montada sobre uma equivocada constatação: devido ao envelhecimento da população, aumentando o número de aposentados em relação aos contribuintes ativos, o sistema previdenciário carrega um déficit crescente e tende a ficar insustentável no curto prazo.

Isto é completamente falso e dois erros são intencionalmente propagados: o primeiro é que a contabilidade que é feita somente leva em conta as contribuições ao INSS nas folhas de pagamento diminuídas dos benefícios pagos; o segundo erro é não levar em conta as contribuições do Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), do CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) além das receitas dos concursos e prognósticos. A Constituinte de 1988 garante esses recursos. Com eles o sistema é superavitário e sustentável.

Por que tudo isto é feito? Para que todo o dinheiro arrecadado seja colocado em um pacote só e parte dele seja desviado (em torno de 20%) para pagamento de superávit primário, juros e amortizações da dívida. É preciso que esta mentira federal seja desmascarada.

Um recado a Zerbone

MARCELLO MIRANDA

O fim das concessões públicas de telecomunicações há muito vem sendo defendido por integrantes do Conselho Diretor da Anatel. Hoje restritas à telefonia fixa, as concessões só não foram extintas graças à pressão dos movimentos sociais e ao fato concreto de que isso atenta contra a Constituição Federal.

Foi assim em 2012, quando o conselheiro Jarbas Valente defendeu a criação de um serviço convergente, em regime privado, reunindo todos os serviços atuais. Ele estimava que, com o fim dos bens reversíveis, cerca de R\$ 40 bilhões ficariam com as operadoras, recursos que seriam investidos em compromissos. Alguém acredita?

No ano seguinte, 2013, ao participar de um seminário do setor o conselheiro Marcelo Bechara afirmou: “a regulação não pode ser máxima, nem mínima, tem de ser a necessária. A agência precisa saber tirar a regulação, regular o que precisa ser regulado, e não atrapalhar”. Segundo ele, o país está “caminhando para uma licença única, ou ao menos um mundo de licenças simplificadas.”

Ainda em 2013, o então ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, informava que estava em discussão no governo a entrega dos bens reversíveis do Estado (atualmente nas mãos das operadoras), em troca de investimentos em infraestrutura de telecomunicações, como fibras ópticas. A afirmação trouxe grande preocupação para toda a sociedade.

Agora, no dia 22 de fevereiro de 2016, o conselheiro Igor de Freitas propôs claramente ao Conselho Diretor da Anatel restringir ao máximo a prestação da telefonia fixa em regime público. Diz ele: “ao considerarmos esse mercado de voz, a oferta está largamente universalizada e relativamente competitiva, não há hipótese de recuperação da atratividade, e a telefonia fixa não está mais contemplada pela Política Nacional de Telecomunicações, resultado da perda de atratividade e do caráter de essencialidade do STFC, além da perda de amparo jurídico para

sustentação da concessão”. Ora, isso não é verdade absolutamente. A telefonia fixa não está universalizada e a competição é quase inexistente na maior parte do Brasil. Qual é a falta de amparo jurídico? Difícil explicar essa proposta.

A realidade é que os conselheiros da Anatel, que deveriam defender o interesse público, querem entregar ao mercado, exclusivamente, todos os serviços de telecomunicações. A depender deles, recursos públicos seriam dados de mãos beijadas para que as operadoras investissem em redes privadas, o que hoje é ilegal.

Para o conselheiro Igor de Freitas, “a exigência imposta na proposta inicial, de ampliação da rede de fibra óptica, são obrigações de fazer que, ao extrapolar o limite da razoabilidade, distorcem o objeto dos contratos firmados”. Ou seja, ele é contrário a que os novos contratos de concessão e seus correspondentes planos gerais de universalização façam qualquer menção à banda larga, à expansão do backhaul interligando todos os municípios, por fibra óptica, aos backbones das operadoras.

É o reino encantado das operadoras: não terão mais obrigações de universalização, poderão escolher onde

A realidade é que os conselheiros da Anatel, que deveriam defender o interesse público, querem entregar ao mercado, exclusivamente, todos os serviços de telecomunicações

investir ou não, os preços ficarão livres para cobrar quanto quiserem. Ganharão de bônus bilhões de reais públicos para utilizarem nas suas redes privadas. É ou não é um negócio da China para as concessionárias, leia-se Oi, Vivo e Grupo Claro?

O conselheiro Ricardo Zerbone pediu vistas do processo alegando que “as mudanças foram profundas e vou precisar fazer avaliações jurídica e regulatória antes de apresentar meu voto”.

O Instituto Telecom manda um recado a Zerbone: não deixe que seja cometido um ataque ao patrimônio nacional. Não deixe que um serviço estratégico como as telecomunicações fiquem à mercê única e exclusivamente do mercado. Garanta o capítulo da universalização do backhaul nos novos contratos de concessão. E coloque em destaque a discussão da banda larga em regime público.



SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 277 - grupos 801 - 8º and. e 1.703 - 17º and.
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20040-009
Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Endereço: www.sengerj.org.br
Correio eletrônico: secretaria@sengerj2.org.br
comunicacao@sengerj2.org.br

PRESIDENTE

Olimpio Alves dos Santos

DIRETORIA COLEGIADA

Adalberto Garcia Junior, Agamenon Rodrigues E. Oliveira, Alcebiades Fonseca, Carlos Alberto da Cruz, Clayton Guimarães do Vabo, Clovis Francisco do Nascimento Filho, Eduardo Ramos Duarte, Fernando de Carvalho Turino, Flávio Ribeiro Ramos, Gunter de Moura Angelkorte, Jorge Antônio da Silva, Jorge Mendes Vieira de Carvalho, Jorge Saraiva da Rocha, José Amaro Barcelos Lima, José Stelberto Porto Soares, Julio César Arruda de Carvalho, Marco Antônio Barbosa, Maria Virginia Martins Brandão, Miguel Santos Leite Sampaio, Paulo Cesar Nayfeld Granja, Paulo Cesar Quintanilha, Victor Marchesini Ferreira

CONSELHO EDITORIAL

Alcebiades Fonseca, Agamenon Rodrigues E. Oliveira, Gunter de Moura Angelkorte, Jorge Saraiva da Rocha, Miguel Santos Leite Sampaio

CONSELHO FISCAL

Luiz Antônio Cosenza, Rubem Corveto, Nei Rodrigues Beserra, Sonia Rodrigues, Antônio Carlos Soares Pereira, Antônio Gérson Ferreira de Carvalho

JORNAL DO ENGENHEIRO

Editora e jornalista responsável:

Katarine Flor (Reg. Prof. 312821)

Repórter: Marcelle Pacheco

Estagiária: Fernanda Ramos

Diagramação: Leonardo Santos

Revisor: NPC

E-mail: comunicacao@sengerj2.org.br

Tiragem: 3.000 exemplares

Periodicidade: Mensal

Impressão: Folha Dirigida

EM ANO ELEITORAL, SENADO QUER ACELERAR A VOTAÇÃO DO PLC 30

Renan não conseguirá atropelar debate sobre terceirização

Fórum em Defesa dos Ameaçados pela Terceirização cobra conversa com líderes de partidos

Fonte: Luiz Carvalho - CUT Brasil

Em ano eleitoral, quando a doação dos empresários (ainda que a de pessoas jurídicas tenha sido proibida pelo STF – Supremo Tribunal Federal) deve financiar uma série de campanhas, o Senado resolveu acelerar a votação do PLC 30/2015 (Projeto de Lei da Câmara), que prevê a terceirização sem limites.

A discussão sobre um projeto tão caro aos patrões foi divulgada pelo presidente da Casa, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), durante sessão solene durante abertura dos trabalhos do Congresso em 2016.

Em encontro do Fórum Nacional dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização, no dia 03 de fevereiro, em Brasília, organizações como a CUT, que compõem o espaço, decidiram que irão cobrar uma conversa com os líderes dos partidos no dia 16 de fevereiro.

Já no dia 17, o Fórum promove a sua primeira reunião oficial, às 16h, na CDH (Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa) do Senado.

PRESSÃO PARA MANTER DIÁLOGO

Secretária de Relações do Trabalho da CUT, Maria das Graças Costa ressaltou que a declaração de Renan Calheiros vai contra o que ele mesmo disse em abril de 2015 que a discussão sobre a terceirização ocorreria sem atropelos.

Em agosto do ano passado, porém, o parlamentar apresentou a Agenda Brasil, conjunto de medidas que conta com propostas como a regulamentação do trabalho terceirizado. A partir daí, o PLC 30, que seria discutido em cinco comissões, ficou restrito à CEDN (Comissão Especial sobre o Desenvolvimento Nacional), responsável por tratar da Agenda, e tem como relator o senador Paulo Paim (PT-RS). “O Renan Calheiros assumiu o compromisso com as centrais de fazer diferente do que fez o Cunha (Eduardo Cunha, pre-

Wilson Dias / Agência Brasil



De 2010 a 2013, entre os 10 maiores resgates de trabalhadores escravizados, nove eram terceirizados.

sidente da Câmara), que tocou o projeto em velocidade máxima para impedir uma ampla discussão. Ficamos supostos e esperamos que, ao discutir a pauta prioritária do Senado com os líderes dos partidos no próximo dia 16, ele honre o que assumiu”, cobrou Graça.

A dirigente afirmou ainda que o Fórum e o senador Paulo Paim não abrem mão de realizar as seis últimas audiências públicas que ocorrem nas assembleias legislativas dos estados para debater o PLC 30. Estão programados encontros para o Mato Grosso (18 de fevereiro), Mato Grosso do Sul (19), Sergipe (25), Alagoas (26), Tocantins (10 de março) e Goiás (11). Uma audiência nacional encerra a série de atividades no dia 12 de maio, no Congresso Nacional.

UMA COLETÂNEA DE ATAQUES A DIREITOS

O PLC 30/15 tem origem no PL 4330/2014 (Projeto de Lei), de autoria do ex-deputado federal Sandro Mabel (PR-GO), aprovado na Câmara por 324 votos favoráveis contra 137 e duas abstenções.

Antiga reivindicação dos empresá-

rios para afrouxar a legislação trabalhista, o texto aprofunda um cenário nocivo à classe trabalhadora. Segundo o dossiê “Terceirização e Desenvolvimento, uma conta que não fecha”, lançado em fevereiro deste ano pela CUT e pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), os terceirizados ganham 25% menos, trabalham quatro horas a mais e ficam 2,7 anos a menos no emprego quando comparados com os contratados diretos. Favorece ainda situações análogas à escravidão. O documento aponta que, entre 2010 e 2013, entre os 10 maiores resgates de trabalhadores escravizados, nove eram terceirizados.

FRAGILIDADES TRABALHISTAS

Entre os retrocessos, o texto abre a possibilidade de contratação de terceirizados na atividade fim (a principal da empresa), inclusive para estatais e sociedades de economias mistas como Banco do Brasil, Petrobras e Caixa Econômica Federal. O projeto também permite que as terceirizadas

sejam associações ou cooperativas e possibilita a criação de outra categoria econômica, a de prestadores de serviços. Isso facilita a transformação dos trabalhadores com carteira assinada em pessoas jurídicas (PJ), sem direitos como 13º salário, férias e FGTS e afeta diretamente a possibilidade de representação sindical. Há ainda um mecanismo no PL que trata da permissão aos trabalhadores para se tornarem sócios das empresas contratantes depois de 12 meses do seu desligamento. Exigência de prazo que deixa de existir em caso de trabalhador aposentado. Esse trecho, casado à possibilidade de serviços realizados por cooperativas, pode gerar uma enxurrada de CNPJs.

O PLC 30 também deixa em dúvida o objetivo da terceirização, que teria como finalidade suprir a necessidade de uma empresa em uma atividade específica, por meio da contratação de uma empresa especializada. Mas ao permitir que a terceirizada contrate outra para prestar determinado serviço, contraria esse princípio.

Evo Morales denuncia campanha

Apesar da vitória, oposição não apresenta propostas concretas em alternativa ao atual governo

André Vieira, para o Sengen-RJ e o Brasil de Fato

Passado o referendo constitucional do dia 21 de fevereiro, os resultados finais divulgados pelo Tribunal Supremo Eleitoral (TSE) da Bolívia dão como vencedora a opção “Não”, defendida pela oposição, com 51,26% dos votos. Já a opção “Sim”, defendida pelo presidente Evo Morales e seu partido, o Movimento ao Socialismo (MAS-IPSP), alcançou 48,71%. Com a decisão, Evo Morales não poderá concorrer a um quarto mandato nas eleições marcadas para 2019.

Em entrevista coletiva para jornalistas estrangeiros no dia 22 de fevereiro, o mandatário boliviano denunciou que a direita de seu país utilizou mentiras para derrotá-lo. “Como eles (a oposição) não têm como me atacar, usam uma guerra suja com mentiras e mais mentiras”, criticou Evo Morales ao afirmar que a oposição não tem propostas concretas em alternativa a seu governo.

CAMPANHA SUJA

Nas últimas semanas de campanha, os opositores utilizaram as redes sociais para atacar o presidente boliviano, com informações divulgadas pela imprensa e outras inventadas. Em uma delas, acusam Evo Morales de favorecer negociações entre Estado Boliviano e uma empresa chinesa, onde uma de suas ex-namoradas é executiva, o que caracterizaria tráfico de influência. A



Apesar do resultado do referendo, Evo Morales teve grande apoio popular e militantes acreditam que o Movimento ao Socialismo (MAS-IPSP) irá vencer as próximas eleições presidenciais



ha suja em referendo na Bolívia

Fotos de Sebastian Soto



denúncia foi feita no início de fevereiro pelo jornalista Carlos Valverde, ex-militante da Falange Socialista Boliviana, grupo que deu apoio ao ditador Hugo Banzer Suárez.

Assim que a informação foi divulgada pelo comunicador, o presidente declarou que era um absurdo a denúncia e pediu para que o congresso de seu país abrisse uma comissão para investigar o caso. “Como por uma questão de cobiça, de inveja, de interesses de caráter setorial ou interesses alheios aos interesses da Bolívia se pode mentir, caluniar para prejudicar a Bolívia”, completou Morales na entrevista coletiva ao se referir à campanha contra seu governo nas redes sociais apoiadas por denúncias apresentadas pela imprensa privada.

As redes sociais foram o grande canalizador desse ataque ao presi-

dente boliviano no último referendo. Para o coordenador da casa da ALBA (Alternativa Bolivariana para as Américas) na Bolívia, a esquerda precisa estar atenta a esse fenômeno. “A oposição utilizou desprestígio, mentira. Lançaram a mentira até que se tornou um obstáculo no caminho eleitoral. Agiram para derrotar totalmente o candidato por todos os meios que existem e compraram posicionamentos midiáticos. Em 10 anos em nossa América, trataram de exercitar aquilo que funcionou para a direita em outros lugares do planeta, que são as redes sociais”.

OPOSITORES SEM PROPOSTAS

Mesmo sem os resultados finais, a oposição boliviana saiu para festejar ainda na noite do dia 21 de fevereiro. Reunidas em uma praça na cidade de Cochabamba, no altiplano boliviano,

as quatro pessoas entrevistadas por nossa reportagem tinham uma coisa em comum: afirmaram que a oposição boliviana ainda não tem uma proposta alternativa ao governo de Evo Morales. “Agora eu não saberia falar das propostas da oposição. Sei que não gosto desse governo”, disse o estudante Alex García, que comemorava junto a seu irmão.

Outro eleitor opositor, Lizandro Ramires, enfeitou sua camionete para festejar a vitória do “Não” junto à sua família. “Acho que as propostas ainda vão surgir nesses três anos que faltam do governo de Evo Morales. A Constituição Federal deve ficar bem estabelecida com o voto “não” e as propostas serão estabelecidas nos próximos quatro ou cinco anos quando serão convocadas as eleições”, disse o morador de Cochabamba atrapalhando-se com as datas. Já definida, a eleição para presidente ou presidenta ocorrerá em 2019.

Senadora pelo partido Movimento ao Socialismo (MAS-IPSP), Carola Araya também concorda com os eleitores opositores sobre a falta de propostas da direita boliviana. “A única proposta dos líderes da oposição é que os grandes ladrões que foram para os Estados Unidos, como Gonzalo Sánchez de Lozada, Manfre Freire Villas e Sanchez Berzain, voltem à Bolívia para exercer o poder que tinham antes. E isso não vamos permitir”, sustentou ao se referir a alguns líderes da direita.

ESQUERDA SEGUE FIRME

Apesar da decisão do referendo constitucional não favorecer ao partido de Evo Morales, seus militantes são firmes ao falar que o Movimento ao Socialismo (MAS-IPSP) irá vencer nas eleições presidenciais em 2019. “O povo está demandando que não seja Evo Morales e Álvaro García Linera (vice-presidente da Bolívia) que se apresentem para as próximas eleições. Isso não significa que o Movimento ao Socialismo em 2019 com novos líderes não vai ganhar as eleições”, assinalou Rocío Molina, vereadora de Cochabamba e integrante do MAS-IPSP.

Trajetória da organização do movimento sindical brasileiro

Por Penildon Silva Filho e Ubiratan Félix*

O Brasil começou a se industrializar no início do século XX, concentrando-se no município de São Paulo. A maioria dos trabalhadores da indústria era imigrante, eles representavam 70 % da mão de obra do setor.

O movimento sindical incipiente não tinha interferência do Estado na sua organização, era hegemônico pelos Anarquistas e os sindicalistas. Suas organizações eram tratadas como caso de polícia, sendo muito comum a deportação de trabalhadores estrangeiros para seus países de origem e o massacre pela força policial de movimentos grevistas.

Em meados da década de 20, após a eclosão da revolução russa e o final da Primeira Guerra Mundial, a hegemonia sindical passou ser ocupada pelos militantes do Partido Comunista do Brasil (PCB), que em 1928 lançou candidatos às eleições através do Bloco Operário Camponês.

Em 1930, com ascensão de Getúlio Vargas ao Governo Nacional a questão social deixa de ser um caso de polícia para ser tratada e regulada pelo Estado Nacional. Getúlio reconhece a organização sindical e regulamenta a sua atuação e organização, assim como o poder de intervenção do Estado nos conflitos trabalhistas com objetivo de conciliar os interesses dos trabalhadores e dos empresários. É importante registrar que os patrões viram com desconfiança o reconhecimento e regulamentação das leis trabalhistas e da organização sindical pelo Governo. Neste período ficou famosa a frase atribuída a Getúlio: “Estou Salvando estes burgueses burros”.

A organização sindical Getulista se mantém, em grande parte, em vigência nos dias atuais, apesar das mudanças

políticas, econômicas e sociais ocorridas no Brasil nos últimos 90 anos. Na constituição de 1988 foi permitida a sindicalização dos servidores públicos, a constituição das Centrais Sindicais e o reconhecimento do direito de Greve.

A organização sindical brasileira se constitui nos seguintes pressupostos:

1. Reconhecimento Sindical pelo Ministério do Trabalho através da emissão da carta sindical;

2. Unicidade Sindical: apenas uma organização sindical é reconhecida por categoria profissional ou ramo econômico em uma determinada base territorial;

3. “Categoria” pode designar um setor econômico - como trabalhadores da construção civil -, pode ser profissional - como Professores universitários das instituições federais de ensino superior - ou ainda pode ser uma categoria diferenciada como engenheiros, médicos e jornalistas;

4. “Base sindical” pode ser municipal, regional, estadual, interestadual e nacional. Por exemplo: Sindicato dos trabalhadores de educação do Município de Vitória da Conquista, Sindicato dos Bancários da Região Sudoeste da Bahia, Sindicato dos Engenheiros da Bahia e ANDES - Sindicato Nacional. No Brasil não é permitido sindicato por empresa ou por órgão ou instituição pública, logo não é possível existir sindicato dos professores da UFRB ou UFBA ou dos trabalhadores da EMBASA.

5. Enquadramento Sindical: o Ministério do Trabalho determina qual sindicato representa uma determinada categoria econômica ou profissional. Por exemplo, quem representa e negocia pelos servidores técnico-administrativos do IFBA (SINASEFE ou ASSUFBA); quem representa os professores do IFBA (Apub ou SINASE-

FE); Servidor do MEC lotado no Estado da Bahia (Sindicato dos Servidores públicos federais do Estado da Bahia ou ASSUFBA) e etc.;

6. Financiamento Sindical: a legislação prevê o financiamento obrigatório pelos trabalhadores através da contribuição sindical obrigatória anual para entidades sindicais, que equivale um dia de salário;

7. Poder normativo da justiça do trabalho, na prática a justiça do trabalho pode decretar uma greve abusiva, determinar o percentual de trabalhadores que deve manter os serviços em funcionamento, impor multas contra as entidades sindicais que não cumpram as suas determinações e julgar o dissídio coletivo de uma determinada categoria;

8. A organização dos empregadores é um espelho das organizações dos trabalhadores;

9. A organização sindical brasileira se constitui na base através de sindicatos, de Federação de sindicatos e de confederações, que reúnem sindicatos de uma categoria econômica ou de categorias profissionais, por exemplo ADURGS Sindicato, FISENGE e CNPL.

Apesar de tentativas das entidades sindicais mais combativas como a CUT de modificar a organização sindical brasileira através da extinção do imposto sindical, fim da unicidade e do poder normativo da justiça do trabalho, o modelo implantado por Getúlio Vargas continua quase intacto e com apoio setores importantes do movimento sindical dos trabalhadores e empresários.

*Penildon Silva Filho é professor da UFBA. Ubiratan Félix é professor do IFB e presidente do Sindicato dos Engenheiros da Bahia. Este material foi elaborado para o Curso de Formação Política que será realizado pelo Senge-BA nos dias 11 a 13 de março, em Salvador.

MARIANA

Entidades divulgam manifesto em apoio a vítimas

Na semana em que a tragédia ocorrida em Mariana (MG) - provocada pelo rompimento da barragem do Fundão da Mineradora Samarco - completa três meses, entidades acadêmicas, associações profissionais e movimentos sociais de diversas áreas de atuação vêm a público chamar a atenção da sociedade brasileira para a importância de se acompanhar, com muita cautela e cuidado, todo e qualquer projeto de reconstrução para a “nova Bento Rodrigues”.

Em um manifesto assinado por 21 instituições, os signatários do documento ressaltam que o processo de construção dessa nova localidade deve considerar, no mínimo, a equivalência das condições de vida existentes anteriormente à tragédia e que todas as decisões devem levar em consideração o desejo e a opinião da população afetada.

No documento, os signatários defendem ainda que a definição da localização do novo assentamento, bem como a elaboração dos projetos urbanísticos e arquitetônicos, deve ser fruto de uma construção coletiva, em que a participação dos moradores seja totalmente assegurada.

O manifesto também destaca que é preciso dedicar atenção especial às populações ribeirinhas e demais moradores de áreas atingidas ao longo dos cursos de água impactados. Além disso, reforça que as obras devem ser custeadas pelas empresas responsáveis pela tragédia, mas que a gestão de todas as medidas deve ser feita pelo Estado. Segundo o documento, transparência e controle social são valores imprescindíveis nesse processo.



O manifesto completo está em nosso site:
www.senge.org.br

art²⁷ GARANTIA PARA O ENGENHEIRO E A SOCIEDADE

Engenheiro, ao preencher a sua Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no campo referente ao Código de Entidade de Classe, anote o número 27. Desta forma, você estará repassando 10% de sua ART para o Sindicato dos Engenheiros e estará contribuindo para que o Senge fortaleça a luta em defesa dos engenheiros e da engenharia nacional. Acesse a página eletrônica do sindicato (www.sengerj.org.br) e conheça um pouco mais a sua entidade representativa.

10 ameaças do Congresso a direitos e democracia

Conheça os projetos que prometem piorar a vida da classe trabalhadora em 2016

Fonte: CUT

Deputados federais e senadores retomaram os trabalhos em fevereiro, logo após o Carnaval, e têm na agenda um pacote com ao menos 10 projetos muito polêmicos. A lista faz de 2016 um ano essencial na atuação dos movimentos sindical e sociais em defesa da democracia, da manutenção de direi-

tos e contra o conservadorismo.

O primeiro passo anunciado pela CUT será uma manifestação marcada para março, em que os movimentos marcharão em Brasília para pressionar os parlamentares contra qualquer tipo de retrocesso.

Em entrevista, o analista político do Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar) Antônio

Augusto Queiroz, o Toninho, avaliou que a temática trabalhista deve tomar o lugar dos temas ditos sociais na agenda do parlamento. Especialmente, se o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), deixar a Casa.

Isso, porém, não significa que assuntos como o Estatuto do Desarmamento e a privatização das estatais saiam de cena. A depender da pressão que so-

frerá, Cunha pode jogar no quanto pior melhor, ao lado da oposição, que busca desgastar o governo federal com uma agenda negativa.

A pedido da CUT, Toninho avalia quais as perspectivas para cada um desses textos e reforça que o sucesso ou fracasso de cada um dos pontos passa diretamente pela capacidade de mobilização da classe trabalhadora.

CONHEÇA OS PROJETOS

ESTATUTO DA FAMÍLIA (PL 6583/2013)

Autor: deputado Anderson Ferreira (PR-PE)
Resumo: determina que a família é formada exclusivamente por homens e mulheres e exclui, portanto, casais LGBTs desse conceito

Situação: aprovado por comissões, aguarda a resposta ao recurso do PT, que é contra o texto ser incluído na pauta da Câmara.

Perspectiva: desde que se readotou o poder terminativo para aprovação projetos, foram apresentados centenas de recursos e poucos foram apreciados. Não faria sentido votar esse texto furando a fila em detrimento dos demais. Mas, se for votado, tem a tendência de ser aprovado.

MAIORIDADE PENAL (PEC 171/1993)

Autor: deputado Benedito Domingos (PP-DF)
Resumo: reduz a maioria penal para 16 anos

Situação: aprovado na Câmara, está agora no Senado.

Perspectiva: o Senado não aprova e vai optar por modificar o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), aumentando o tempo de reclusão e, eventualmente, retirando a condição de primário do até então menor de idade.

LEI ANTITERRORISMO (PL 2016/2015)

Autor: Poder Executivo

Resumo: altera a lei para reformular o conceito de organização terrorista

Situação: aprovado na Câmara, já foi modificado pelo Senado e volta à Câmara.

Perspectiva: da forma como está redigido, pode permitir que manifestações de trabalhadores possam ser entendidas como um atentado à estabilidade democrática. O movimento sindical precisa pressionar o gover-

no para que imponha vetos a artigos com o objetivo de impedir que a definição de terrorismo alcance manifestações populares. A tendência é que seja aprovado como está.

CRIMINALIZAÇÃO DA VÍTIMA DE VIOLÊNCIA SEXUAL (PL 5069/2013)

Autores: deputado Eduardo Cunha e outros

Resumo: abre brechas para punir qualquer pessoa que oriente o uso de método contraceptivo e preste orientações sobre o aborto legal definido pela Constituição

Situação: Aguarda inclusão na pauta da Câmara. Esse projeto deve perder densidade, caso Cunha seja afastado. Não tem apoio político suficiente para, sem ele, ser pautado. Depende de alguém muito conservador, mas a tendência é que não passe pelo colégio de líderes da Câmara.

ALTERA PARTICIPAÇÃO DA PETROBRÁS NA EXPLORAÇÃO DO PRÉ-SAL (PLS 131/2015)

Autor: senador José Serra (PSDB-SP)

Resumo: retira a obrigatoriedade da Petrobrás como exploradora exclusiva do pré-sal

Situação: aguarda votação no Senado
Perspectiva: a tendência é que seja aprovado, ainda que possa haver mudança no seu conteúdo para que a condição da Petrobrás, como operadora única, seja facultativa e não mais obrigatória.

TERCEIRIZAÇÃO (PLC 30/2015)

Autor: deputado Sandro Mabel

Resumo: permite a terceirização sem limites

Situação: o projeto é a continuidade do PL 4330, aprovado na Câmara, e aguarda votação no Senado

Perspectiva: tinha a tendência de ser rejeitada pelo relator, senador Paulo Paim (PT-RS).

Mas começa a haver sinalização de que o Renan Calheiros (presidente do Senado) não vai mais dar o tempo que se imagina para discuti-lo. Senado deve retirar a atividade-fim e aprová-lo, independente do parecer do Paim. O risco é o texto voltar à Câmara, onde há muitos parlamentares eleitos com recursos de empresários que pressionam pela aprovação da matéria.

ESTATUTO DO DESARMAMENTO (PL 3722/2012)

Autor: deputado Rogério Peninha Mendonça (PMDB-SC)

Resumo: facilita a aquisição e o porte de armas de fogo

Situação: aguarda inclusão na pauta da Câmara

Perspectiva: tema deve ser de votação muito apertada na Câmara. Mas, no Senado, a tendência é que esse projeto mude radicalmente para que o desarmamento geral seja impedido. O estatuto foi ideia do Renan Calheiros, ele liderou o processo. O problema é que a matéria volta à Câmara, se houver alteração, onde a bancada da bala é muito forte. Após isso, só restará o veto da presidenta.

PRIVATIZAÇÃO DAS ESTATAIS (PLS 555/2015)

Autor: substitutivo aos projetos de lei do Senado 167/2015, dos senadores Tasso Jereissati (PSDB-CE), e 343/2015, de Aécio Neves (PSDB-MG); e do anteprojeto apresentado por Eduardo Cunha (PMDB-RJ)

Resumo: permite a venda e participação do capital privado em empresas estatais como Correios e Caixa Econômica

Situação: aguarda apreciação do Senado
Perspectiva: como parte da Agenda Brasil, proposta pelo Senado, tem altíssima chan-

ce de aprovação já que, segundo o Jereissati, conta com apoio do atual ministro da Fazenda, Nelson Barbosa. Com neutralidade do governo, apoio do poder econômico para terceirizar e o líder do PSDB comandando, é o que conta com maior chance de aprovação dessa lista.

FLEXIBILIZAÇÃO DO CONCEITO DO TRABALHO ESCRAVO (PLS 432/13)

Autor: Romero Jucá (PMDB-RR)

Resumo: desconfigura e ameniza o conceito de trabalho escravo

Situação: retirado da pauta do Senado após pressão dos movimentos sociais, passará por todas as comissões do Senado

Perspectiva: há várias iniciativas na Câmara e no Senado para modificar o Código Civil e dar conteúdo semelhante ao que a OIT (Organização Internacional do Trabalho) prevê e que é mais brando do que a legislação brasileira. Tema tem apelo popular contrário e pode cair, mas dependente também da sinalização do governo, que ainda não se manifestou.

REDUÇÃO DA IDADE DE TRABALHO (PEC 18/2011)

Autor: Dilceu Sperafico (PP-PR)

Resumo: autoriza o trabalho de regime parcial a partir dos 14 anos

Situação: está na CCJ (Comissão de Constituição Justiça e Cidadania da Câmara) e aguarda aprovação

Perspectiva: A PEC exige 308 votos, fórum qualificado. Não é um assunto que mobilize todas as bancadas conservadoras e não deve ir a plenário, porque depende da constituição de uma comissão especial, que consumiria 40 sessões. Não é uma das maiores ameaças.



ENGENHEIRA TEM DIREITO ÀS FÉRIAS VIOLADO

A lei é clara: “Somente em casos excepcionais serão as férias concedidas em dois períodos, um dos quais não poderá ser inferior a 10 (dez) dias corridos”. A engenheira Arlete foi obrigada pela empresa a fracionar seus 30 dias de férias. Ela

fazia planos para coincidir seu recesso junto com as férias escolares de seus filhos. “Infelizmente, esta é uma realidade em diversas empresas e homens e mulheres são obrigados a fracionar um direito garantido em lei, que são as férias. Os prejuízos são enormes para a

saúde dos trabalhadores”, afirmou a diretora da Mulher da Fisenge, Simone Baía.

Os quadrinhos têm periodicidade mensal. Contribua você também e ajude a divulgar! As contribuições poderão ser enviadas diretamente para o e-mail da

engenheira Eugênia: engenheiraeugenia@gmail.com ou para comunicacao@fisenge.org.br

• Será mantido total sigilo de fonte de todos os depoimentos e de todas as histórias enviadas. A publicação é livre, desde que citada a fonte.

Coletivo de Mulheres da Fisenge define agenda política de 2016

Em reunião no dia 30/1, o Coletivo de Mulheres da Fisenge definiu o tema “Equilíbrio entre trabalho e família” como a agenda política deste ano. Realizada em Aracaju (SE), a reunião contou com representantes dos sindicatos filiados à Federação. De acordo com a diretora da mulher da Fisenge, Simone Baía, o mote advém de um acúmulo coletivo. “Durante as ofi-

cinas de gênero realizadas ao longo do ano passado, acumulamos processos históricos e vivências. Ainda percebemos o acúmulo de jornadas como um grande problema das mulheres que precisam trabalhar, estudar, cuidar das tarefas domésticas e familiares”, disse Simone, ressaltando que este é um contexto histórico baseado num sistema patriarcal. “As mulheres já são maio-

ria na sociedade brasileira e vítimas da exploração do capital, pois ainda ganhamos menos e nossos direitos são diariamente atacados”, afirmou Simone. Além das histórias em quadrinhos da Engenheira Eugênia, o Coletivo de Mulheres irá promover campanhas específicas sobre o tema em 2016.

O início do encontro contou com a palestra de Linda Brasil, mu-

lher trans, militante LGBT e estudante de Letras da Universidade Federal de Sergipe (UFS). “Também percebemos a importância do feminismo interseccional. Isso significa considerar questões de gênero, raça e classe e pensar o feminismo como a luta por igualdade de direitos para todas as pessoas, sem isolar trans e travestis, por exemplo”, concluiu Simone.



Senge·RJ

SINDICATO DOS ENGENHEIROS
NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 277 - grupos 801 - 8º and. e 1.703 - 17º and.
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20040-009
Tel: (0 XX 21) 3505-0707
Endereço: www.sengerj.org.br
Correio eletrônico: secretaria@sengerj2.org.br
comunicacao@sengerj2.org.br